

# CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO/2007

## Referência:

HEMIG, Jane Carla Araújo. **A inconstitucionalidade do capítulo V da lei complementar nº 123/2006**. Pato Branco, PR, 2007. 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

## Resumo:

O Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva sancionou em 14 de Dezembro de 2006, a Lei Complementar Nº 123, que passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2007 quanto à parte tributária, mais que quanto à matéria do tema ora abordado pelo presente trabalho já passou a vigorar após a publicação da referida lei. Em seu capítulo V - DO ACESSO AOS MERCADOS - Seção única - Das Aquisições Públicas altera a Lei Ordinária nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 (lei que regulamenta o art. 37, XXI da CF, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública) o presente trabalho discutiu a possibilidade de uma lei complementar efetuar alterações em uma lei ordinária e a constitucionalidade da supracitada alteração abordando toda a parte principiológica entendida como ferida pela referida LC. Visou ainda, demonstrar o confronto que se dará na aplicação do texto legal da Lei Complementar nº. 123/06 frente aos princípios norteadores da administração pública, fazendo um confronto com as disposições da igualdade formal e material as quais devem ser observadas como preceitos básicos de respeito aos direitos humanos. Desta forma, a por constatar a importância e necessidade da discussão sobre a constitucionalidade da supracitada alteração disseminando tal conhecimento dentro do universo acadêmico, propôs-se o presente trabalho.

**Referência:**

FORSELINI, Nair. **Inseminação artificial heteróloga**: o direito ao anonimato. Pato Branco, PR, 2007. 48 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

A presente monografia tem como foco o Direito Civil, procurando analisar o Direito ao Anonimato do doador de gametas. Tendo como principal objetivo investigar se no ordenamento jurídico existe regulamentação sobre o direito à informação da identidade genética nos casos de inseminação artificial heteróloga. As principais hipóteses do estudo foram: a possibilidade de que se tenha direito à informação da identidade genética nos casos de inseminação artificial heteróloga; e a impossibilidade de se revelar a identidade genética do doador nos casos de inseminação artificial heteróloga. As inusitadas técnicas de reprodução humana, ao mesmo tempo que vêm realizar o sonho de um número cada vez maior de pessoas estéreis ou inférteis, geram preocupantes questionamentos em várias áreas do conhecimento. Desta forma, a pesquisa realizada por meio de livros, doutrina e artigos, concluiu que a determinação do anonimato do doador de gametas é justificada a partir do entendimento de que a doação de gametas é um ato de filantropia, na medida em que ajuda os casais inférteis na possibilidade de gerar seus filhos. Ao mesmo tempo, não deve ser negado, a princípio, ao ser humano o conhecimento de sua ascendência biológica.

**Referência:**

ZAMBERLAN, Ricardo. **O consentimento na doação de órgãos e tecidos humanos para transplantes**. Pato Branco, PR, 2007. 54 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

A medicina avança com sucesso nos transplantes de órgãos e de tecidos humanos desencadeando questionamentos acerca da Bioética quanto à doação desses órgãos e tecidos e constituindo o Biodireito como o mais novo ramo do direito direcionado à vida como objetivo principal. Diante deste fato, este trabalho escolheu como assunto de pesquisa o Biodireito e como tema a doação de órgãos e tecidos humanos para transplantes, delimitado ao consentimento do doador para retirada dos mesmos. O estudo apontou a intervenção da Bioética e do Biodireito na doação de órgãos e tecidos humanos para realização de transplantes com o consentimento da família para a retirada post mortem, descreveu aspectos dos transplantes, da Bioética e do Biodireito. Ainda, relatou anotações sobre o direito de personalidade civil e sobre os direitos à vida, e analisou as inovações que a Lei nº 10.211/01 trouxe em relação à Lei nº 9.434/97, no que se refere às formas de consentimento. Dos resultados obtidos respondeu à pergunta da pesquisa de que, juridicamente, a conciliação de doação de órgãos e tecidos humanos para transplantes sob a visão da Bioética e do Biodireito está ocorrendo em obediência ao disposto no art. 4º da Lei nº 10.211/01.

**Referência:**

ZANOL, Giovanni. **Paternidade voluntária na relação sócio-afetiva**. Pato Branco :2008. 42 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente estudo apresenta uma proposta de investigação sobre as relações familiares e de convívio que envolvem a sociedade. Verifica-se, entretanto, que existem duas formas de paternidade, a consangüínea e a voluntária, aquela é formada por laços de sangue e esta é sujeita pelo afeto. Nada mais importante do que ressaltar essa forma de paternidade, levando em consideração a sociedade moderna, o que reflete diretamente nas relações pessoais, pois, a paternidade não é apenas um mero fato, e sim, uma relação que se consolidou pelos vínculos afetivo formados pela convivência e a dedicação de ambas as partes. Assim, sendo explanado a evolução familiar, desde o pátrio poder até a atualidade, não havendo maneira de ignorar tal assunto. Ao mencionar paternidade voluntária, não se pode deixar de falar sobre os laços afetivos que a envolvem. A conclusão aponta no sentido de que a paternidade voluntária sócio-afetiva, poderá ter o mesmo valor jurídico que a paternidade consangüínea ou biológica, pois, em termos jurídicos não há qualquer distinção que possa privilegiar uma sob a outra.

**Referência:**

VALENDORF, Kelly Aparecida. **Tutela de direitos da pessoa portadora de necessidades especiais**. Pato Branco, PR, 2007. 59 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho aborda o direito da pessoa portadora de necessidades especiais. Intitulado "tutela de direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais", as quais compõem um contingente tantas vezes discriminado pela vida e pela injustiça social, para o qual se lança o olhar desatento do ser humano cheio de perversidade, que impede de reconhecê-los como cidadãos portadores de direitos e garantias. Qual é o tratamento diferenciado deferido à pessoa portadora de necessidades especiais na legislação, doutrina e jurisprudência e como esse tratamento se relaciona com o princípio de isonomia. O objetivo é analisar os critérios da Constituição Federal de 1988 e matéria infraconstitucional de proteção, aplicável à pessoa portadora de necessidades especiais. Destaca as principais normas vigentes, em âmbito nacional, estadual e municipal relacionadas à pessoa portadora de necessidades especiais, dando ênfase ao princípio da isonomia. Atualmente, no Brasil, existem diversas leis nacionais que tratam da proteção à pessoa portadora de necessidades especiais. Entretanto, apesar de todas as evoluções conquistadas, ainda não está em condições de exercer seus direitos, pois continua existindo muito preconceito e discriminação, bem como se verifica que a lei é eficiente, porém, ineficaz. Há um longo caminho a ser superado pela pessoa portadora de necessidades especiais para poder efetivamente exercer sua cidadania. Destaca-se o princípio da isonomia, que vem sendo visto pelos doutrinadores como mecanismo capaz de dirimir ou ao menos atenuar essa problemática.

**Referência:**

SIVIERO, Marjory Ellen. **Tutela jurídica dos direitos da honra na lei de imprensa**. Pato Branco, PR, 2007. 76 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

A presente monografia tem por objetivo discutir como o trabalho da imprensa pode influenciar na vida das pessoas. Inicia-se a pesquisa com um breve histórico da imprensa no Brasil chegando-se até os dias atuais. Dá-se enfoque ao reflexo da notícia caluniosa, difamatória ou injuriosa, o impacto que a mesma exerce na vida do ofendido e a possibilidade de uma eventual reparação civil. Analisa-se quais os requisitos para a configuração de delitos, a responsabilidade da imprensa, observando-se a lei vigente. Enfoca-se também os limites nos quais a imprensa pode atuar no seu propósito de função social de informar com responsabilidade fatos de interesse público, respeitando acima de tudo os direitos à intimidade, à vida privada, nome, que também são princípios constitucionais integradores da dignidade humana.

**Referência:**

SANTOS, José Batista dos. **Interceptação telefônica como meio de prova válida**. Pato Branco, PR, 2007. 72 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O estudo realizado procurou demonstrar a Interceptação Telefônica frente ao ordenamento jurídico vigente, situando-o nas garantias Constitucionais, no Direito Penal e Processual Penal e na Lei 9.296 de 24 de julho de 1996, que regulamenta a matéria. Demonstrou alguns dos direitos individuais e a legalidade de suas violações quando da execução da interceptação devidamente autorizada judicialmente. Versou sobre temas de suma importância para o entendimento do contido no estudo, que são as provas, provas ilícitas, provas ilegítimas e provas ilícitas por derivação, sendo esta última de caráter controverso devido às discussões que a matéria provoca, mormente, quanto ao Princípio da Proporcionalidade ou Razoabilidade, defendido especialmente pela corrente doutrinária alemã frente à teoria dos frutos da árvore envenenada (fruits of the poisonous tree), defendida pela doutrina americana e aceita pela maioria dos juristas brasileiros, que rechaça as provas ilícitas por derivação. Por fim, procurou demonstrar o modo de execução da interceptação telefônica e a validade de sua utilização, tanto no inquérito policial quando na fase processual penal, pois é considerada lícita quando realizada na forma da lei e ilícita quando executada com violação desta.

**Referência:**

QUADRI, Karla. **A (in) aplicabilidade do mandado de injunção como jurisdição de equidade frente à constituição federal**. Pato Branco, PR, 2007. 47 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente estudo apresenta uma proposta de investigação sobre a problemática inerente às omissões legislativas decorrentes da Constituição Federal de 1988 e conseqüentemente a (in) aplicabilidade do correto instituto para a viabilização do direito omissivo. Direito este que não encontra norma que o regule, fazendo com que sua eficácia seja limitada. O mandado de injunção é um instituto previsto no art. 5º, LXXI da Constituição Federal e é considerado objeto de inúmeras divergências, o que de fato, o torna ineficaz, inviabilizando o exercício dos direitos e liberdades Constitucionais inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania, sob o prisma do Estado democrático de Direito. No entanto, a Constituição é clara quando diz que as normas que definem os direitos e garantias fundamentais têm aplicabilidade imediata, porém, o próprio texto constitucional depende de legislação ulterior para que se apliquem normas definidoras desses direitos. A conclusão aponta no sentido de que o Mandado de Injunção deveria ser um instituto auto-aplicável, no entanto, não é o que de fato ocorre, pois sua aplicabilidade depende de uma norma que o torne viável, em consonância com o caso concreto.

**Referência:**

CADORIN, Fernando Viganó. **Princípioo constitucionais do direito ambiental**. Pato Branco, PR, 2007. 47 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Trata-se do estudo dos princípios constitucionais do Direito Ambiental. Primeiramente são feitas certas considerações acerca das declarações resultantes das Conferências da ONU sobre o meio ambiente, em específico a de Estocolmo, 1972, e a ECO/92. Após é realizada uma pesquisa em torno da teoria geral dos princípios, enfatizando-se o conceito, a natureza jurídica, a estrutura normativa, as colisões, as características, afinal, a relevância dos princípios constitucionais na organização do sistema normativo. Na parte última do presente trabalho, são analisados pontualmente os princípios constitucionais do Direito Ambiental. Princípios estes que se encontram no núcleo de todo regramento normativo ambiental, operando toda uma sistemática na disciplina do meio ambiente.

**Referência:**

CZORNOBAI, Salete. **Reflexões acerca do processo de aquecimento global**. Pato Branco, PR, 2007. 61 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Tendo como assunto o Direito Ambiental e tema o Aquecimento Global, delimitado quanto às reflexões acerca do processo de aquecimento global, busca-se analisar e divulgar a respeito de quais medidas já foram tomadas, e quais estão sendo debatidas atualmente diante do quadro progressivo de aquecimento do planeta, com o objetivo de contribuir na conscientização dos cidadãos a respeito da situação atual, de que não é simplesmente sensacionalismo, mas sim o início de uma catástrofe de proporções mundiais inculcindo a necessidade de que, cada ser humano deve fazer sua parte adotando costumes e atitudes que possam colaborar com a diminuição de emissão de gás carbônico. O trabalho teve como objetivos específicos o levantamento das causas do desequilíbrio do meio ambiente e as hipóteses de reversão, apresentando as conseqüências do efeito estufa, descrevendo-se sobre os Tratados Internacionais para identificar quais são as propostas apresentadas que melhor correspondem à situação atual, por meio deste trabalho pretendem-se alertar os estudantes, professores e membros da comunidade para a necessidade da preservação e proteção do meio ambiente. A metodologia empregada foi de natureza não-original e os objetivos da pesquisa são explicativos, com procedimento de coletas realizado em fontes de papel, através de estudos bibliográficos e documentais. Quanto ao método de abordagem foi usado o método dedutivo, concluindo pela lógica do estudo prévio as possíveis soluções para reverter o quadro de aquecimento global, no que se refere ao método de procedimento, optou-se pelo método histórico e comparativo, para a elaboração do trabalho foram usadas técnicas de documentação indireta, com coleta de dados através de estudos bibliográficos, doutrinários, jornalísticos, periódicos, bem como matérias da internet. Os resultados obtidos foram às diversas opiniões de diferentes autores sobre

medidas de reversão do processo de aquecimento global, onde cada qual apresenta seu conhecimento sobre o assunto e discorre uma solução que acredita ser plausível para solucionar a questão abordada no presente trabalho.

**Referência:**

MATTEI, Gizeli Cristina. **Poluição sonora correlacionada aos direitos de vizinhança**. Pato Branco, PR, 2007. 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho aborda o Meio Ambiente, Poluição Sonora e os Direitos de Vizinhança. A qualidade do meio ambiente é responsabilidade de todos, bem como uso comum a se ter uma qualidade de vida aceitável, da mesma forma que os poderes públicos não podem deixar de contribuir decisivamente para a permanente melhoria do meio ambiente. O objetivo geral foi pesquisar o conceito de Poluição Sonora e seus malefícios, a consequência dessa interferência para a saúde humana e quando esses índices chegam a gerar desentendimento em relações entre vizinhos e a legislação que normativa a questão. A metodologia utilizada foi efetuada mediante uma pesquisa não original e descritiva. Os dados foram coletados e interpretados através de consulta às doutrinas, legislações específicas, documentos científicos publicados por autores renomados, jurisprudência, etc. No decorrer do estudo observou-se que poluição sonora pode causar problemas graves à saúde e tais efeitos podem ser classificados em diretos ou indiretos. Entre os problemas diretos estão as restrições auditivas, as dificuldades na comunicação com as pessoas, as dores de ouvido, e os incômodos, e entre os problemas indiretos estão os distúrbios clínicos, as insônias, os aumentos da pressão arterial, as complicações estomacais, as fadigas físicas e mentais, e as impotências sexuais.

**Referência:**

JACOBSEN, Fernando. **Importância da preservação hídrica na manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado: responsabilidade, controle efetivo e conscientização da sociedade.** Pato Branco, PR, 2007. 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Não é recente a preocupação quanto à defesa ao meio ambiente, porém, a observação de mudanças climáticas drásticas ocorridas nas últimas décadas, fez com que o homem se voltasse à preservação imediata de um dos maiores bens jurídicos da coletividade (a terra mãe, e a água - berço da vida), devendo ser legado às futuras gerações, inclusive sob pena de extinção da raça humana sobre o planeta. O presente estudo busca analisar a situação caótica em que o homem se encontra no tocante à agressão provocada aos recursos ambientais, em especial a poluição hídrica, não se descurando em averiguar a legislação protetiva vigente, identificar as penalidades aplicáveis aos crimes deste gênero, e apresentar algumas formas possíveis de controle, a fim de se evitar o "caos". E, como objetivos específicos: 1) estudar o conceito e definição de Direito Ambiental; 2) identificar a responsabilidade penal por dano ambiental, 3) analisar as sanções aplicáveis à poluição ambiental hídrica; 4) identificar formas de controle ambiental. Urge uma maior reflexão sobre o tema (principalmente no que se refere aos recursos hídricos), devendo haver uma conscientização imediata da sociedade. A metodologia utilizada foi efetuada através de uma pesquisa bibliográfica, não original e descritiva. Os dados foram coletados e interpretados através de exegese às doutrinas, legislações específicas, documentos científicos publicados por autores renomados, jurisprudência. "No decorrer do estudo observou-se que princípios são os mandamentos básicos e fundamentais a serem seguidos, e, em caso de embates, devem prevalecer os que preservem, sobretudo "a vida" num meio ambiente equilibrado.

**Referência:**

ANTONELLI, Juraci. **Culpabilidade e dolo em crimes de trânsito**. Pato Branco, PR, 2007. 42 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente estudo foi elaborado tendo como objetivo geral identificar o que dizem os autores sobre a culpa inconsciente em crimes de trânsito, e qual a melhor forma de penalização a ser aplicada. E como objetivos específicos: identificar a forma como a doutrina tradicional classifica os crimes de trânsito; analisar os institutos do dolo e da culpa; identificar o conceito de culpa consciente e culpa inconsciente; verificar jurisprudência com diferentes posições sobre o tema em questão. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, tendo como fonte de consulta a doutrina e materiais publicados por outros pesquisadores, o qual apresenta uma reflexão sobre os Crimes de Trânsito. Tendo como hipóteses a possibilidade de ser necessária a existência de uma legislação especial sobre os Crimes de Trânsito, sendo que a atual esses crimes são lesão e de mera conduta; e a probabilidade de que a melhor forma de diminuir os acidentes de trânsito seja pela educação preventiva do motorista e também dos pedestres. O estudo concluiu que as penas restritivas de direitos e outras penas alternativas podem ter um importante papel na diminuição dos acidentes de trânsito. Outra conclusão foi de que primeiramente é realmente necessária a existência de uma legislação especial sobre os crimes de trânsito. Porém, os tipos penais devem ser elaborados com bastante cuidado. Dessa forma, evitam-se generalizações que desrespeitem alguns princípios gerais do direito.

**Referência:**

BITTENCOURT, Dalton de Oliveira. **De que modo os crimes de trânsito previstos no código de trânsito brasileiro influenciam as estatísticas como eventual fator de redução de acidentes automobilísticos violentos.** Pato Branco, PR, 2007. 34 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Na história recente muito vem se debatendo e estudando sobre a área de trânsito, principalmente no que diz respeito ao combate para a redução de acidentes violentos, e de forma geral sobre crimes de trânsito. A importância do conhecimento e aplicação para todas as pessoas e principalmente para os servidores públicos que trabalham diretamente com a lei, visto a sua necessidade e atualização constante, já que a área de direito de trânsito é muito recente e lida com o bem mais precioso e maior patrimônio que existe, a vida. O referido assunto trata sobre essas características próprias que existem nos crimes de trânsito sendo muitas vezes mal entendidas devido a sua atualização constante como o próprio assunto exige. No presente estudo, o qual foi realizado por meio de estudo bibliográfico, buscou-se, como objetivo principal, o conhecimento da atualização que a Lei n.º 11.275/06, que trouxe para os crimes de trânsito e sua aplicação após a sua vigência e, como objetivo secundário, comparar se houve ou não reduções significativas nos acidentes violentos no trânsito urbano.

**Referência:**

RAYMUNDI, Vlademir Luiz. **A efetiva aplicabilidade do princípio da não-cumulatividade nos tributos ICMS, IPI, COFINS, PIS e ISS.** Pato Branco, PR, 2007. 48 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O estudo realizado compreende a efetiva aplicabilidade do princípio da não-cumulatividade nos tributos: ICMS, IPI, COFINS e ISS. Procura aprofundar questões quanto ao processo de elaboração de normas que regulam os tributos citados. Tendo como objetivo geral demonstrar que o acolhimento dos princípios constitucionais, tal como o da não-cumulatividade, sendo respeitado, torna o direito tributário um instrumento de segurança jurídica e econômica. Realizado mediante uma pesquisa bibliográfica, usando-se o método hipotético-dedutivo, visando a esclarecer, de forma lógica, acerca da investigação e das regras de explicação dos fatos. As conclusões apontam para o fato de que, em se tratando da expressão não-cumulatividade do tributo pode ter vários significados. Um deles seria o de que sobre o mesmo fato não poderiam incidir vários tributos. Outro seria o de que um tributo sobre o fato integrante de uma sucessão de fatos da mesma natureza não pode incidir sobre cada um desses fatos de forma autônoma, acumulando-se cada incidência com as incidências anteriores. É com este segundo significado que a expressão tem sido geralmente empregada no sistema tributário.

**Referência:**

PFEIFER, Paulo Henrique. **Comércio com não inscritos CAD/ICMS**. Pato Branco, PR, 2007. 73 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente estudo apresenta uma reflexão sobre a problemática do comércio com não inscritos nos cadastros estaduais e que mantém suas atividades informalmente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada no quarto trimestre do ano de 2006 e no primeiro semestre do ano de 2007. A coleta de dados bibliográficos procedeu-se especificamente sobre o assunto abordado, utilizando-se todos os meios possíveis. As conclusões apontam que a atividade de comércio informal está aumentando no Brasil e por várias razões, entre elas a carga tributária, burocracia e a própria subsistência pessoal e familiar. Os órgãos públicos para combater o informalismo, buscam amparo na legislação existente. Os Estados que normatizam o ICMS sua principal fonte de recursos, arrecadado pelos contribuintes inscritos no cadastro estadual, buscam através da conscientização, da substituição tributária, regime especial e leis, garantir a arrecadação e combater o informalismo. Com a mesma preocupação os órgãos federais inovam através de tecnologia e cruzamento de informações entre os diversos órgãos arrecadadores, e priorizam programas como o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte conhecido como SIMPLES Nacional e da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, em fase de implantação, cuja fase final encerra-se no ano de 2010. O comércio informal desencadeia a sonegação de impostos em todas as esferas em todas as cadeias. Os Estados imputam penalidades e responsabilidades as empresas que praticam vendas a não inscrito com intuito de comércio. Porém estas legalmente estabelecidas estão amparadas pelo direito estabelecido constitucionalmente. Tributos, excesso de legislação e a corrupção são apontados, como os principais fatores de desestímulo de investimento e crescimento para as sociedades e contribuintes, os quais necessitam serem atacados através de reformas: estatal, política e tributária, sob pena de aumento de sonegação e do informalismo.

**Referência:**

FANTE, Cleusimar César. **Os limites da contribuição de melhoria**. Pato Branco, PR, 2007. 43 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O estudo realizado compreende a contribuição de melhoria, fato gerador, quais são seus limites, suas bases de cálculo entre outras situações que deixam o contribuinte na dúvida, se existe a obrigatoriedade do pagamento ou não, quais são as consequências em não realizando este, o surgimento da contribuição de melhoria quais as legislações específica do assunto, o resultado na prática se é igual ou não ao do conteúdo, enfim todas as questões que envolvam o assunto propriamente dito. Procura elucidar analisar os limites da contribuição de melhoria e sua base legal para a cobrança da contribuição de melhoria. E como objetivos específicos que dão sustentação ao objetivo geral delimitou-se os seguintes: a) identificar o conceito e diferenças entre os tributos em espécie (imposto e contribuição de melhoria; taxas e contribuição de melhoria; contribuições sociais e contribuição de melhoria e; empréstimos compulsórios e contribuição de melhoria); b) conceituar contribuição de melhoria e sua base legal. A pesquisa bibliográfica foi realizada através do método dedutivo visando esclarecer o fato gerador e as formas de cobrança da contribuição de melhoria. As conclusões apontam o poder público em nenhuma hipótese deve deixar de atentar quando da instituição de melhoria à denominação "valorização Imobiliária", não basta apenas à obra pública em si, mas sim, que com a realização desta tenha havido uma valorização do imóvel pertencente a obra pública, pois como visto no presente trabalho, nem toda a obra pública gera uma valorização imobiliária, sem considerar que a grande maioria dos entes não observa sequer a publicação dos editais como os custos da obra, para que o contribuinte possa, querendo, contestar os valores se estes estiverem em desacordo com os preços praticados na região. Os limites da contribuição de melhoria se dividem em limite individual caracterizado através da valorização da obra; e o limite global, caracterizado pelo total do custo final da obra.

**Referência:**

MARCHETTI, Márcio Marcon. **PIS e COFINS**. Pato Branco, PR, 2007. 45 f.  
Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Esta monografia tem como matéria principal de estudo o Direito Tributário, definindo o assunto sobre os Tributos, mais precisamente as Contribuições Sociais, delimitando a pesquisa sobre as Contribuições Especiais, especificamente ao PIS e à COFINS. Apresenta-se o Sistema Tributário Nacional e as Espécies Tributárias, elencando seus princípios norteadores de cada espécie, explica-se a legislação e suas conseqüentes alterações desde a instituição até os dias de hoje. Estuda-se o PIS e a COFINS no sistema Tributário Nacional, as modalidades de tributação nas empresas, tanto pelo Lucro Presumido ou Arbitrado, pelo Lucro Real ou pela Tributação Mista, sua incidência em cada opção de tributação, forma de recolhimento e forma de cálculo. Assim, o trabalho tem por escopo expor idéias que vêm a contribuir com o Planejamento Tributário a ser aplicado nas empresas, utilizando-se das benesses da Legislação em favor da empresa. Trata-se de pesquisa inteiramente bibliográfica, a qual foi realizada na Cidade de Pato Branco - Paraná, no ano de 2007.

**Referência:**

CANTON, Inês B. Pagnoncelli. **Planejamento tributário de empresas por meio de incentivos fiscais da lei Rouanet**. Pato Branco, PR, 2007. 72 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente estudo trata dos principais aspectos jurídico-positivos referentes ao planejamento tributário de empresas à luz do direito brasileiro considerando os aspectos legais trazidos pela Lei Antielisão, Lei Complementar n°. 104/01, no que concerne ao uso de meios legais para a redução dos encargos tributários, bem como os reflexos e efeitos jurídicos dessa regulamentação sobre as atividades empresariais lícitas voltadas ao planejamento. Diante disso, discute-se sua aplicabilidade mediante o estudo das bases principiológicas que envolvem o direito tributário constitucional, as distinções entre elisão e evasão fiscal, e as conseqüências do planejamento sob a perspectiva da desconsideração de atos da pessoa jurídica pela autoridade administrativa, porém, esclarecendo as possibilidades de planejamento permitidas. A pesquisa utiliza-se de um estudo prevalentemente doutrinário, abordando os princípios norteadores do direito tributário e sua conexão com o direito ao planejamento, ponderando sobre as formas de planejamento que efetivamente podem ser utilizadas para promover uma melhoria na atuação empresarial, em especial para que se possa economizar valores que não precisariam exatamente servir ao pagamento de tributos, por meio de incentivos fiscais da lei Rouanet. Sob este prisma, propõe-se uma reflexão crítica acerca dos direitos da empresa diante das dificuldades ocasionadas pela exacerbada quantidade de encargos tributários a que está sujeita. De outra parte vem a refletir sobre as conseqüências jurídicas do planejamento e também da desconsideração de atos e negócios jurídicos pela autoridade fazendária, além de propor uma forma de economia de tributos que possui um valor social importante, haja vista que o uso de leis de incentivo fiscal à produção cultural não somente estimulam a economia da empresa, mas também a difundir valores culturais e educacionais relevantes ao desenvolvimento de toda a sociedade.

**Referência:**

CRUZ, Abrilino Ricardo. **Nulidades do processo penal**. Pato Branco, PR, 2007. 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Por ser o assunto das nulidades um largo campo, a referente pesquisa sofreu determinadas limitações para evitar que uma gama de assuntos e discussões fosse aberta e desvirtuasse o objeto central do trabalho. Dessa forma de início apresentam-se as divergências doutrinárias sobre o conceito e a natureza jurídica do instituto, havendo correntistas que defendam a idéia de vício processual e por outros que se filiem ao posicionamento de pregar a nulidade como uma espécie de sanção. Sendo indispensável, como qualquer outro tema processual penal, a demonstração dos princípios que norteiam as nulidades para melhor compreensão do estudo. O instituto também possui uma classificação doutrinária em Irregularidade, Nulidade Relativa, Nulidade Absoluta e Ato Inexistente, de acordo com seu grau de importância. No Código de Processo Penal, são especificamente tratadas no artigo 564, incisos I a IV, e mister se fez abordar em consonância com os entendimentos doutrinário e jurisprudencial.

## **Referência:**

LEAL, Rafael Francisco Santos. **Algumas diferenças entre o procedimento comum, previsto no código de processo penal e procedimento especial, previsto na nova lei de drogas, relativo à apuração dos crimes de tráfico e equiparados.** Pato Branco, PR, 2007. 50 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

## **Resumo:**

A presente pesquisa apresenta as principais diferenças entre o procedimento comum ou ordinário, previsto nos artigos 394 a 405 e 498 a 502, do Código de Processo Penal e o procedimento especial, previsto na Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, relativo aos crimes de tráfico e equiparados, que entrou em vigor no dia 08 de outubro de 2006, mais conhecida como a "nova Lei de Drogas". Buscou-se, com a mesma, além de identificar as principais diferenças entre ambos, saber se a adoção do primeiro procedimento ao invés do especial seria capaz de gerar a nulidade do processo. Trata-se de uma pesquisa de natureza não original, que possui objetivos exploratórios e tem como objeto a pesquisa bibliográfica, razão pela qual o método de abordagem utilizado foi o dedutivo. As conclusões apontam que a inobservância do procedimento especial da nova Lei de Drogas para os crimes de tráfico e equiparados é, sem dúvida, capaz de gerar a nulidade do processo, uma vez que este, por possuir uma concentração de atos em uma única audiência, é um procedimento mais célere, ágil e, conseqüentemente, mais eficaz na busca da prestação jurisdicional penal. Além disso, verificou-se também que o procedimento da nova Lei de Drogas, além de ser muito mais resumido do que o procedimento comum, é uma tendência para as possíveis reformas que poderão ocorrer no Código de Processo Penal no tocante aos procedimentos por ele disciplinados, conforme se comprova pelo Projeto de Lei Complementar em anexo.

**Referência:**

FIGUEREDO, Anderson Marcelo. **Estudo da prisão em flagrante**. Pato Branco, PR, 2007. 55 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

A pesquisa inicialmente demonstra a natureza jurídica e a evolução histórica da prisão em flagrante, apresentando também como se comporta esse instituto na lei e na doutrina brasileira, e como estas sofrem influências nas mesas dos tribunais do país. No item sobre as espécies de flagrante conforme a legislação será abordada de forma mais profunda o artigo 302 do CPP, que se refere ao flagrante em sentido próprio, em sentido impróprio ou "quase flagrante" e o flagrante presumido. Ao final, serão abordados ainda os meios passíveis de relaxamento da prisão em flagrante, analisando um pouco sobre o remédio constitucional do Habeas Corpus, o relaxamento da prisão em flagrante propriamente dito, e a liberdade provisória quando se tratar de crimes inafiançáveis, e a liberdade provisória com e sem fiança, principalmente quanto à recente discussão desta na chamada Lei Maria da Penha. De tal forma buscamos esclarecer aspectos relevantes da Prisão em Flagrante nos casos de acidente de trânsito e que envolvem a Lei dos Juizados Especiais. O trabalho tem por finalidade auxiliar os leigos a entender como e por que é realizada uma prisão em flagrante, para tanto foi necessário descrever como as formalidades da elaboração do Auto de Prisão em Flagrante e quais são as possibilidades quando existe vício na elaboração do Auto ou na realização da Prisão. Encerrando os questionamentos são fornecidas noções sobre as contra medidas, para que o réu possa retornar ao seu status de liberdade.

**Referência:**

GASPERIN, Mara Inês Verardo. **(In) constitucionalidade da investigação para apuração de infrações penais pelo ministério público e polícia judiciária.** Pato Branco, PR, 2007. 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

A pesquisa que deu origem ao presente trabalho teve por objetivo verificar a constitucionalidade da investigação realizada pelos membros do Ministério Público na fase de inquérito policial, sob a ótica dos Princípios Constitucionais da separação dos poderes e da legalidade. Observou-se que este assunto tem propiciado a defesa apaixonada de teses favoráveis e contrárias por parte de doutrinadores; além de polêmicos, os argumentos são apimentados por interesses classistas. Tramita no Supremo Tribunal Federal Ação Direta de Inconstitucionalidade sob o número ADI/3806/2006, proposta pela ADEPOL (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil), atacando dispositivos da Lei nº. 8.625, de 12/02/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público dos Estados), que conferem poder ao Ministério Público de realizar diretamente a apuração das infrações penais, contrariando texto constitucional que atribui esta função à polícia judiciária. Foram analisados os princípios constitucionais da separação dos poderes e da legalidade, em confronto com os argumentos favoráveis e contrários a esta prática por membros do parquet. Por não ter previsão expressa, a atuação ilegal pode ser usada como tese de defesa, contribuindo ainda mais para a impunidade de criminosos.

**Referência:**

GODOIS, Romeu Rodrigues de. **Termo circunstanciado de infração penais.** Pato Branco, PR, 2007. 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

A Lei Nº. 9099/95 modificou as disposições penais e processuais até então vigentes, e estabeleceu um novo sistema voltado para as infrações de menor potencial ofensivo. As contravenções e os crimes com pena máxima igual ou inferior a um ano receberam um outro tratamento, o que possibilitou a transação entre o Ministério Público e o cidadão infrator, que antes era vedada por ser a ação penal pública indisponível. O Estado como responsável pela segurança pública (art. 144 da CF) deve prestar um serviço de qualidade à população. A criminalidade no Brasil é uma realidade, que tem sido agravada por dificuldades econômicas e a falta de investimentos nos setores essenciais (saúde e educação). A falta de investimentos na área social leva a um desequilíbrio, que está representado pela má distribuição de renda. Os órgãos policiais possuem suas competências delimitadas na C.F. As atividades de polícia militar, enquanto que as atividades de polícia judiciária são de atribuição da polícia civil. No caso de uma agressão, a vítima terá que se locomover até a Delegacia de Polícia para a lavratura do termo circunstanciado. Se um policial militar comparecer no local dos fatos, este não poderá tomar as providências enumeradas na Lei 9099/95.

## **Referência:**

ROSSONI, Jair. **Algumas considerações acerca da atuação do juiz e do ministério público no arquivamento do inquérito policial prevista no art. 28 do código de processo penal dentro do sistema processual penal brasileiro.** Pato Branco, PR, 2007. 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

## **Resumo:**

Através deste trabalho se busca compreender a atuação do Juiz bem como do Ministério Público no arquivamento do inquérito policial previsto no art. 28 do Código de Processo Penal. Conceitua-se o princípio da imparcialidade do juiz, dentro do sistema acusatório, na aplicação do artigo 28 do Código de Processo Penal. Por vezes, têm-se a impressão de que este princípio não está sendo atendido, isto se justifica pela liberdade dada ao magistrado de poder manifestar a sua concordância ou não, em relação ao requerimento de arquivamento do inquérito policial ou outra peça de informação, com fulcro no artigo 28 do Código de Processual Penal. Em que pese a não concordância em um primeiro momento, a decisão final cabe ao Procurador Geral. O princípio da imparcialidade do juiz, não significa que este não possa manifestar-se quanto ao arquivamento, pois há que ser atendido o princípio da devolução, pelo qual a apreciação do requerimento do arquivamento é devolvido ao órgão superior do Ministério Público, que detém a atribuição de proceder a acusação. Através desta pesquisa, chega-se a conclusão de que, o sistema processual adotado pelo Brasil, é o Sistema Acusatório, porém este não é um sistema acusatório puro, por dar a liberdade ao juiz de tomar alguns atos que seriam de interesse das partes envolvidas no conflito de interesses. Assim, fez-se necessário, um retrospecto histórico para a averiguação de quem era a atribuição de acusar, conceituar os sistemas processuais existentes, bem como, os princípios que os regem.

**Referência:**

GASPERIN, Andron Cezar Dandolini. **Aspectos relevantes para efetividade do processo**. Pato Branco, PR, 2007. 64 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

No presente trabalho tentar-se-á mostrar a evolução histórica do Direito Processual Civil, alguns aspectos constitucionais relevantes, o acesso à justiça, a duração do processo e sua morosidade, as várias formas de se procrastinar o andamento processual por parte do réu, através de recursos, a nova sistemática da execução do julgado, com o advento da Lei nº. 11.232/2005. Na verdade um esboço de como era o Direito Processual Civil outrora e como este está nos dias atuais. Abordando-se aqueles aspectos que se considerou mais relevantes para que se dê a efetividade do processo, buscando-se ressaltar a relevância da efetividade do processo em contraposição e efetivação do processo.

**Referência:**

STÉDILE NETO, Paulino. **O recurso especial na esfera cível sob a ótica do prequestionamento**. Pato Branco, PR, 2007. 100 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O trabalho de conclusão de curso trata do Recurso Especial enfocando, além de seus pressupostos genéricos extrínsecos e intrínsecos, os de cunho constitucionais, bem como a problemática do prequestionamento que é também visto por grande parte da doutrina como requisito para a admissão deste apelo extremo perante o Superior Tribunal de Justiça. Trata-se de uma pesquisa realizada no ano de 2007, de cunho não original, exploratória, bibliográfica e documental, desenvolvida no município de Pato Branco, Sudoeste do Estado do Paraná. A coleta de dados deu-se em livros jurídicos, gerais e específicos, repositórios de jurisprudência, sites jurídicos na internet, revistas e artigos publicados por outros meios de divulgação. O método de abordagem da pesquisa foi o hipotético-dedutivo, de procedimento observacional com a análise técnica de documentação indireta. A discussão acerca da problemática do prequestionamento instigou o pesquisador a estudar a maneira de realizá-lo desde o momento mais favorável à parte, fazendo com que o Recurso Especial fosse, desde logo, admitido pelo STJ, por ser observado todos os pressupostos de admissibilidade, inclusive o aludido prequestionamento, evitando o agravo de instrumento como meio de fazer subir o Recurso Especial ao STJ.

**Referência:**

VIVAN, Marcos. **A utilização do sistema Bacen-Jud nas penhoras de dinheiro**. Pato Branco, PR, 2007. 37 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho tem a intenção de abordar parte do posicionamento da doutrina e da jurisprudência acerca do tema "penhora on-line", haja vista que não são coerentes entre si. O ponto culminante são as alterações trazidas pela lei nº. 11.382 de 2006, que trouxeram novos artigos e incisos ao Código de Processo Civil. Tais alterações vieram a possibilitar um maior alcance do jurisdicionando, visando assim dar uma melhora prestação jurisdicional ao pleiteador do Direito. A partir de tais alterações é possível mencionar divergências existentes entre os magistrados brasileiros acerca do tema penhora por meio eletrônico.

**Referência:**

HIPPLER, Luís Carlos. **Apontamentos sobre a legítima defesa**. Pato Branco, PR, 2007. 38 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho apresenta um estudo prévio em linhas gerais, mais precisamente no campo do Direito Penal. Abordando de início a Antijuricidade e buscando trazer um possível elemento estruturador da norma penal que é a Legítima Defesa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada na cidade de Pato Branco - Estado do Paraná, no primeiro e segundo semestre de 2007, contendo estudos bibliográficos e análises feitas pelos textos lidos, chegando a coleta de dados aqui expostos. A bibliografia utilizada foi primeiramente livros de direito penal, donde veio o conceito de, legítima defesa, antijuricidade, onde os doutrinadores colocam de maneira prática e importante este instrumento do direito. A conclusão apresenta perspectiva nova da visão do direito brasileiro, a intervenção do Estado e na vida particular de cada um de nós e a repercussão com que ele é importante. Termina o presente delinear lógico, destacando os requisitos da Legítima Defesa a luz das jurisprudências brasileiras, sendo este o fim almejado.

**Referência:**

TOBERA FILHO, Eduardo Estanislau. **Prescrição penal antecipada**. Pato Branco, PR, 2007. 53 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho apresenta um amplo estudo a respeito da possibilidade ou não da utilização do instituto da Prescrição Penal Antecipada, também conhecida por prescrição virtual, ou prescrição em perspectiva no ordenamento jurídico brasileiro, a qual foi criada pelas constantes decisões do Judiciário do Estado de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, realizada no acervo das cidades de Pato Branco e Palmas, do Estado do Paraná, no período de 09 de fevereiro de 2007 a 16 de outubro de 2007, que contém citações de doutrinas jurídicas de natureza penal e processual penal. Buscou-se apoio, ainda, até mesmo em decorrência da gênese da prescrição antecipada, nas decisões exaradas por nossos Superiores Tribunais e pelos Tribunais Estaduais. Chegou-se à conclusão de que é, sim, possível a utilização do instituto da Prescrição Penal Antecipada, afigurando-se-o como uma excelente maneira para desafogar o judiciário, mantendo seu alto grau de respeitabilidade entre a população, bem como para suprir várias outras irregularidades processuais, tais como a falta das condições da ação, o respeito à instrumentalidade do processo e ao princípio da celeridade processual, como adiante se verá. Porém, destaca-se, a despeito da existência de consideráveis posicionamentos contrários a sua utilização, fulcrados essencialmente na letra da lei.

**Referência:**

FLORES, Willian Bruno. **Privatização do sistema prisional e sua aplicabilidade na realidade brasileira**. Pato Branco, PR, 2007. 46 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente estudo trata da privatização do sistema prisional tendo em vista a atual ruína em que se encontram as prisões brasileiras, procurando abordar as idéias atuais sobre a privatização e explicando sua função social. É uma pesquisa de cunho bibliográfico, sendo necessário para desenvolver o presente estudo, a opinião de vários doutrinadores, especialistas no tema desenvolvido ao longo deste trabalho. O objetivo deste trabalho foi discutir através de doutrinas, porque o atual sistema é falho, revelando as razões da não ressocialização do delinqüente e de que maneira isso se reflete na sociedade. O estudo procura catalisar respostas procurando a maneira mais fácil de ressocializar os delinqüentes em um sistema privatizado, procurando-se analisar os pontos favoráveis e contrários na atual conjuntura. Através desta monografia é possível tirar dúvidas, aprender, enfim melhorar o conhecimento sobre o assunto. O assunto procurou abordar a Privatização do Sistema Prisional em comparativo com a utópica Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal) e seus reflexos dentro do Direito Penal.

**Referência:**

DUARTE, Célia Cristina Rezende. **Os principais fatores da criminalidade demonstrados através de modelos teóricos da sociologia criminal.** Pato Branco, PR, 2007. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar os principais fatores da criminalidade, sendo, portanto, apresentado através de modelos teóricos da criminologia, estes abordados por conhecedores, autores, estudiosos do universo da Criminologia (psicologia, biologia e sociologia). O presente estudo expõe brevemente o conceito da Criminologia, bem como seu objeto, método, função, e fatores que atribuem o comportamento criminal, fatores esses biológicos, psicológicos e sociológicos. O tema abordado tem ênfase no fator criminológico sociológico, situado dentro do Direito Criminal, trazendo teorias diversas como forma de entender através do método empírico, o meio da criminalidade. Tendo como objetivo mostrar alguns dos fatores que geram a criminalidade na sociedade, com intuito de prevenir tais fatores. Trata-se de pesquisa bibliográfica realizada na cidade de Pato Branco/PR, no ano de 2007, desenvolvida na Faculdade Mater Dei, com a finalidade de propiciar um maior conhecimento em torno do assunto, sendo utilizado como método o dedutivo, pois somente após uma seleção e análise de todo material é que se pode extrair tais dados. Através do trabalho apresentado busca-se um maior conhecimento do ser humano, suas fraquezas e seus limites. É possível concluir com a pesquisa realizada, que há "n" causas, devido ao meio, que possam causar um abalo ao ser humano podendo transformá-lo em delinqüentes, como também há aqueles que já nascem com pré disposição ao crime.

**Referência:**

BISCAIA, Marcia Fernandes. **Direito adquirido de médicos especialistas cerceados de praticar suas especialidades**. Pato Branco, PR, 2007. 42 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho de conclusão de curso investiga a existência de Direito Adquirido relacionado a especialidades médicas pelo grande número de especialistas que concluíram suas residências e adentraram no mercado de trabalho, praticando (clínica e cirúrgica) e logo após advém portaria limitando o exercício profissional. Os objetivos específicos foram: analisar a conduta do Ministério da Saúde quanto à potencial ofensa ao direito adquirido dos médicos; estudar os danos decorrentes na vida profissional destes especialistas e a razão da ofensa ao Direito Adquirido; analisar decisões de tribunais brasileiros (acórdãos) sobre o tema. Realizada mediante um estudo estritamente bibliográfico que teve como principal fonte de consultas livros, doutrina, jurisprudência. Do exposto até o momento, percebe-se que o exercício diferido do direito adquirido identifica-o com direito condicional e, como tal, deve ser tido e havido como direito adquirido. Se dúvidas ainda subsistissem, o artigo 123 do Código Civil liquidaria a questão: "o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito". O exercício e o modo de conservação dos direitos são regidos pela lei atual; o direito, propriamente dito, se determina e qualifica sob o império da lei que lhe deu vida.

**Referência:**

BORDIN, Ronnie Emerson. **A efetividade da função social da propriedade urbana à luz do estatuto da cidade, no município de Chopinzinho - PR.** Pato Branco, PR, 2007. 55 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Esta pesquisa objetivou abordar a função social da propriedade urbana à luz do estatuto da cidade, no município de Chopinzinho - PR. Apontando que o plano Diretor implantando na Cidade de Chopinzinho, já vislumbra possibilidades de resultados positivos para a sua população. Cabe aqui lembrar, que a pesquisa foi elaborada a partir de material bibliográfico e documentos internos da Prefeitura Municipal de Chopinzinho. O estudo possibilita afirmar que o Plano Diretor pode se tornar um instrumento de excelentes possibilidades para a organização social econômica e Jurídica de um município. Os Gestores do Município de Chopinzinho, já traçaram Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal, sendo que a maioria trará resultados em longo prazo, porém já há indícios de melhoria para a sua população. Compreende-se que o Plano Diretor tem a função de sistematizar o desenvolvimento físico, econômico e social do território, e é um instrumento para a definição de uma estratégia para a intervenção imediata com objetivos gerais e específicos. Pode-se dizer que a Constituição de 1988 reconheceu que o processo de tomada de decisões sobre questões urbanas é certamente, um processo político, o qual deve definir os padrões e limites de exploração econômica da propriedade.

**Referência:**

CANTON, Silvio Ferreira. **Desapropriação para fins de reforma agrária no direito brasileiro**. Pato Branco, PR, 2007. 54 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Busca-se no presente Trabalho Monográfico, refletir acerca da questão agrária no que diz com a distribuição de terra no país, bem como sobre os aspectos jurídico-positivos relativos da desapropriação com o fim de reforma agrária, considerando os problemas referentes à contraposição do direito fundamental à propriedade e a supremacia do interesse público sobre o interesse privado em matéria de Direito Agrário. Diante disso, discute-se o trâmite judicial da desapropriação, abordando-se inicialmente o estudo das bases históricas da ocupação territorial bem como a possibilidade de se promover uma justa distribuição de terras. Passa-se a fundamentação principiológica que envolve o direito agrário em sua perspectiva constitucional, estabelecendo-se o conceito de reforma agrária, os elementos de política agrária que envolvem o tema, assim como os limites constitucionais à sua concretização. Para isso, propõe-se um debate acerca dos princípios da propriedade privada, função social da propriedade e supremacia do interesse público sobre o interesse privado. A pesquisa utiliza-se de um estudo eminentemente doutrinário, abordando os aspectos críticos acerca da política agrária como meio para dirimir as desigualdades sociais, ponderando sobre a desapropriação como forma de promover a reforma agrária, seu procedimento na esfera administrativa e judicial, sua relevância a aspectos controvertidos. Sob este prisma, propõe-se uma reflexão crítica acerca dos direitos reclamados pelos grandes movimentos sociais que buscam a redistribuição de terras, em contraposição aos direitos dos proprietários de áreas rurais. Além disso, vem a refletir sobre o papel do Estado na concretização dos objetivos constitucionais da República, em especial para reduzir as desigualdades sociais e promover o bem comum, na intervenção sobre o domínio particular, nas dificuldades enfrentadas para a realização da justiça social, em face dos interesses econômicos e políticos envolvidos, questionando as prerrogativas da autarquia expropriante na esfera processual e as conseqüências jurídicas do procedimento expropriatório para o direito e para a sociedade.

**Referência:**

JESUS, Sérgio Rodrigo. **A revolta dos posseiros e suas implicações legais e agrárias**. Pato Branco, PR, 2007. 49 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho traz à baila um estudo sobre a problemática da questão agrária no sudoeste do Paraná nos anos 50. Relata a saga e reflete a organização e luta fundiária dos camponeses na região Sudoeste do Paraná no ano de 1957, com o advento da Revolta dos Posseiros. Um levante da população, que se rebelou contra o governo e as companhias de terras, visando à titulação das terras adquiridas das empresas colonizadoras, onde se fez necessário o uso força e das armas para a defesa dos direitos e interesses sociais destes colonos. De muitos movimentos formados para a conquista de um pedaço de terra, a revolta dos posseiros do Sudoeste do Paraná, mostrou-se como um exemplo do que acabou dando certo, com um desfecho favorável às famílias dos posseiros, conseguindo estes a propriedade de suas terras, o que levou à construção de uma região de projeção nacional, não apenas pela peculiaridade dos padrões de colonização e organização produtiva, mas também pelo desenrolar desta disputa. Trata-se de uma pesquisa realizada na esfera da cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, onde foram coletados dados bibliográficos, revistas, jornais e também orientações e contribuições do Sr. "Jacomio Trento", um dos Expoentes deste movimento, e outros mecanismos para a captação de subsídios aptos a gerarem idéias. A coleta de dados e o conseqüente estudo realizado apontaram que o problema agrário do país perdura há muitos anos, e tal impasse parece estar longe de obter o êxito que ocorreu após a revolta dos posseiros.

**Referência:**

BEATO, Evandro. **Aspectos práticos de execução de contratos com garantia real adotados pela Caixa Econômica Federal**. Pato Branco, PR, 2007. 69 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

De modo geral, as instituições financeiras através de linhas especiais de crédito, financiam seus clientes, a fim de que com o valor tomado em financiamento, possam começar ou dar continuidade em suas atividades, seja para o setor da pecuária, agricultura e indústria hoje sendo crescentes os financiamentos na área de habitação entre outros. Mas para tomar o valor em financiamento, as instituições financeiras exigem de seus clientes garantia, para que se este não cumprir suas obrigações, ou seja, o não pagamento do valor tomado tenha a instituição condições de executar o devedor e a certeza de que terá de volta aos seus cofres tal valor e que possa manter o "ciclo", assim, beneficiando outros clientes interessados no gozo do crédito. O objetivo principal das instituições financeiras é fazer com que seus clientes tenham condições de estruturar cada vez mais suas atividades e fazer que, com isso, ocorra o aquecimento do mercado. As garantias exigidas pelas instituições financeiras, de modo geral são a Hipoteca e a Alienação Fiduciária, cuja execução destas é o objeto deste estudo, e através dele visa-se saber qual das garantias traz maior celeridade à execução pelo credor em relação ao devedor, analisando-se, a execução extrajudicial da Alienação Fiduciária é a mais célere e eficaz, bem como, se a hipoteca cumpre o fim a que se propõe.

**Referência:**

LUZ, Gilvane Maria da. **A prisão civil por dívida frente à constituição federal e o direito internacional**. Pato Branco, PR, 2007. 40 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

A questão da prisão civil de depositário infiel diante do estabelecido pelo art. 5º, LXVII, da Constituição Federal de 1988, pela Emenda Constitucional nº 45 e pelo Pacto de São José da Costa Rica é o tema desta pesquisa. Buscou-se analisar alguns dos aspectos da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário fiel face à Constituição Federal, ao Pacto de São José da Costa Rica e à Emenda Constitucional nº. 45, e ainda, analisar a Emenda nº 45; observar a Constituição Federal no que tange à prisão civil do devedor fiduciário; investigar o Pacto de São José da Costa Rica; e, apontar fatores inerentes à Teoria dos Tratados Internacionais. Explanou-se sobre a questão da prisão civil do depositário infiel perante a Constituição Federal brasileira de 1988 e diante da adoção do Pacto de São José da Costa Rica, elevado à categoria de Emenda Constitucional por força do art. 5º, § 3º da Emenda nº 45, de 2004. Dos resultados constatou-se que, ao contrário de uma minoria que pertence à corrente "humanista", defendendo que aos tratados internacionais cabe hierarquia de norma constitucional, desde que observado o disposto no artigo 5º, § 2º da Constituição Federal de 1988, a maioria dos juristas, doutrinadores e até da Jurisprudência acredita e aposta na força constitucional, ainda que os Pactos Internacionais tenham revogado lei anterior, ou tenham ganhado força de emenda constitucional, além do que, com a entrada em vigor do Código Civil Brasileiro de 2002, que não obstante haver mantido no art. 652 praticamente o mesmo conteúdo do art. 1.287 do antigo codex civil, acabou por restaurar a possibilidade de prisão civil do depositário infiel, o que torna indiscutível seu cabimento no direito civil interno.

**Referência:**

BUSANELLO, Fabiana Carla. **Dano moral na relação trabalhista**. Pato Branco, PR, 2007. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Este trabalho tem por objetivo principal contextualizar o Dano Moral nas Relações Laborais, bem como caracterizar a responsabilidade do empregador quando ocorrer dano na Fase pré-contratual; Fase de execução do contrato de trabalho e Fase pós-contratual. Na fase pré-contratual, a pessoa candidata a vaga não tem e nem teve uma relação de emprego. Porém, é passível de ser ressarcida por danos morais, uma vez que, pela teoria subjetiva da responsabilidade civil, adotada pelo "art. 159 do Código Civil Brasileiro de 1916", a ausência de formalização do contrato de trabalho não pode servir de excludente à reparação do dano moral trabalhista. O dano não atingirá o candidato ao emprego como sujeito caracterizado pela relação laboral, mas sim, como cidadão comum. Na fase contratual, existem inúmeras circunstâncias que podem gerar danos morais, como: ociosidade forçada de empregado portador de estabilidade; rebaixamento funcional; assédio sexual; revista pessoal. Nesta fase, já existe constituída a relação laboral, podendo atribuído fato ensejador de dano moral que deve ser resolvido na Justiça do Trabalho. Na fase pós-contratual, podem advir situações que causem danos morais ao ex-empregado, tais como: informações difamadoras ou mentirosas. O dano não atingirá o ex-empregado como sujeito caracterizado pela relação laboral, mas sim, como cidadão comum. O tema que trata de indenização moral é bastante complicado sendo objeto de muitos debates no âmbito do Direito, o que se atribui às dúvidas da jurisprudência, que ainda não conseguiu especificar a questão no que diz respeito à uniformização de parâmetros para a fixação do quantum reparador. Trata-se de tarefa dificultada pelas inúmeras variáveis que envolvem o problema de indenização por ato ilícito no sistema jurídico brasileiro.

**Referência:**

GONÇALVES, Susély Aparecida Fonseca. **Relação avoenga e a obrigação de alimentar**. Pato Branco, PR, 2007. 49 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente estudo apresenta uma reflexão sobre a relação avoenga e a obrigação de fornecer alimentos. A pesquisa foi realizada com base em livros, doutrinas e jurisprudência, sendo atualmente assunto bastante questionado. O objetivo geral compreende investigar quando os avós serão responsabilizados pelo pagamento dos alimentos e em que medida. Nos objetivos específicos verifica a possibilidade do alimentante e a necessidade do alimentado e as possíveis conseqüências. O instituto dos alimentos faz parte do Direito Civil, mas especificamente do Direito de Família. Apresenta um breve relato sobre o Direito de Família, sobre o instituto dos alimentos e suas peculiaridades, sobre os alimentos decorrentes do poder familiar e a obrigação alimentar. No Capítulo III relata sobre a relação avoenga, juntamente com a natureza da responsabilidade, litisconsórcio passivo contra os pais e avós e a complementação dos alimentos pelos avós, com julgados dos Tribunais sobre o assunto. Desta forma, demonstra até que ponto é possível, frente aos dispositivos legais que regulam o dever alimentar os avós prestarem alimentos aos netos.

**Referência:**

LAMPUGNANI, Valdemar. **Execução de alimentos e as reformas do código de processo civil**. Pato Branco, PR, 2007. 46 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho tem como objetivo principal, mostrar, dentro do Direito Civil, voltado para o Ramo Familiar, como funciona o processo de execução de alimentos, com o advento das leis 11.232/2005 e a lei 11.382/2006, sendo ambas leis, vieram a alterar o processo de execução. No entanto tal tema abordado visa demonstrar como fica o processo de execução. Também será feito um apanhado na ação de alimentos e no que tange as suas definições, como investigação de paternidade, e princípios da ação de alimentos.

**Referência:**

REGINATTO, Gracieli Ribeiro. **Reflexão jurídica sobre a possibilidade de casamento entre colaterais de terceiro grau**. Pato Branco, PR, 2007. 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O assunto tratado no presente trabalho discorre basicamente sobre o Direito de Família, no que tange às relações matrimoniais abrangendo, mais especificamente sobre o casamento em sua visão histórica, conceituando-o, definindo a sua natureza jurídica, bem como definindo as suas espécies. Discorre ainda, sobre as formalidades necessárias para a realização do casamento, tratando ainda, da sua forma de celebração e da capacidade dos nubentes. Ademais, trata dos impedimentos matrimoniais elencados no Código Civil, especificando cada um dos incisos, em especial àquele em que trata da impossibilidade de convolar núpcias entre parentes colaterais de terceiro grau.

**Referência:**

SILVA, Polhane Gaio Fernandes da. **A relativização do requisito da coabitação para o reconhecimento da união estável**. Pato Branco, PR, 2007. 41 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

No presente estudo, procurar-se-á evidenciar algumas mudanças mais importantes na união estável que se verificaram ao longo dos últimos anos, as prescrições doutrinárias e tendências jurisprudências que se confirmaram ou se modificaram, como também a ocorrência de novas práticas, como o requisito da coabitação para a configuração da união estável, que será o principal objeto de estudo desta pesquisa. Dentro deste assunto, mais especificamente, será abordado o elemento de convivência sob o mesmo teto por aqueles que optam por tal relacionamento. Os motivos pelos quais o requisito da coabitação tornou-se desnecessário para a caracterização da união estável, surgiram da evolução da igualdade entre o casal, que não dependem mais um do outro financeiramente e, também, o fato de acharem que desta forma conservarão a união por mais tempo. Para que o estudo do tema se aperfeiçoasse, também buscou-se uma abordagem sobre a intenção de constituir família e as diferenças entre namoro e união estável.

**Referência:**

LIGNANE, Renata Dias. **União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos**. Pato Branco, PR, 2007. 42 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Este estudo tem como assunto o direito de família que é um dos ramos do direito civil. O direito civil estabelece os parâmetros que regem as relações jurídicas das pessoas físicas e jurídicas. E o direito de família é a regulamentação das relações e efeitos pela lei, sem que as partes possam dispor acerca deles e o enquadramento legal das relações nesse campo. Assim, esta monografia tem como objetivo, analisar a questão das uniões homo afetivas sob a ótica dos aspectos jurídicos. E como objetivos específicos: refletir sobre os avanços culturais em relação à homossexualidade; verificar como é vista a questão da união afetiva entre homossexuais sob o ponto de vista dos aspectos jurídicos, na tentativa de se descobrir se, perante a legislação vigente no Brasil - notadamente a Constituição Federal de 1988, seria possível considerar tais relacionamentos como juridicamente protegidos; evidenciar os motivos que levam a uma resistência não só legal, mas também cultural e social, bem como considerar a chance de os casais homo afetivos oficializarem a união por meio do casamento. A família está em constante e incessante transmutação e essas mudanças se fazem necessárias para que a entidade familiar possa acompanhar a evolução, agregando novos valores que despontam a cada dia nas diversas sociedades. Realizada através de uma pesquisa bibliográfica com a consulta na doutrina, livros e artigos. O estudo levou a conclusão de que a questão das uniões formadas entre pessoas do mesmo sexo, apesar de vastamente discutido pela sociedade em geral, ainda não encontrou espaço nas legislações brasileiras, seja em sede constitucional ou infraconstitucional, mas mesmo assim, percebe-se que há uma lacuna na legislação no que se refere ao seu disciplinamento, havendo assim a possibilidade de reconhecimento desta relação homo afetiva como uma família.

## **Referência:**

MAIA, Luciana. **Relações homoafetivas estáveis**. Pato Branco, PR, 2007. 50 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

## **Resumo:**

O assunto ora abordado trata das relações homoafetivas estáveis - ramo do Direito Civil - e o tratamento jurídico dado aos efeitos dessas relações, frente à carência de legislação pertinente ao assunto. A pesquisa realizada valeu-se da análise, comparação e demonstração dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais. O Capítulo I é composto pelos seguintes tópicos: noção do que trata o Direito de Família; a origem de família; o conceito de família e de Direito de Família; a previsão legal; os princípios constitucionais de Liberdade e Igualdade; os tipos de família e quais delas têm previsão legal e quais que possuem previsão legal; o panorama histórico brasileiro da homossexualidade; a família e afetividade. O capítulo II fala das relações homoafetivas estáveis; da homossexualidade e entidade familiar; da homoafetividade; da união entre pessoas do mesmo sexo; do projeto de contrato de parceria civil de Marta Suplicy; e, por fim; da visão dos tribunais pátrios. Após analisadas as informações, chegou-se a conclusão de que a legislação brasileira é carente e ineficaz, por receberem tratamento como sociedade de fato, fundamentada no Direito das Obrigações, por puro e absoluto preconceito, desconsiderando que tais uniões são uma realidade de fato em nossa sociedade já há algum tempo. O ideal seria que essas uniões entre pessoas do mesmo sexo sejam elas entre duas mulheres ou entre dois homens, que sejam concebidas como entidade familiar, e por conta disso, recebam a proteção do Estado através da legislação pertinente ao Direito de Família. Assim, por analogia poderia ser aplicada a legislação contida no instituto da União Estável. Desse modo, o que se apurou, é que alguns tribunais estão decidindo de modo favorável aos companheiros oriundos dessas uniões, como é o caso da justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pioneiro em criar e apresentar soluções a questões polêmicas, sendo merecedor de destaque e um exemplo a se seguido no cenário legislativo brasileiro.

**Referência:**

ZAMBERLAN, Fabiana Beber. **A possibilidade do reconhecimento da relação homo afetiva como família pelo ordenamento jurídico brasileiro.** Pato Branco, PR, 2007. 49 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O Direito de Família consiste em ser um dos ramos do Direito Civil que passou a regular as relações decorrentes da união ou do parentesco entre as pessoas. Sendo este o assunto deste trabalho, seu tema da pesquisa são as modalidades de família e sua delimitação é quanto à possibilidade do reconhecimento da relação homo afetiva como família pelo ordenamento jurídico brasileiro. Apresentou como pergunta da pesquisa: até que ponto existe a possibilidade do reconhecimento pela Legislação Brasileira de considerar a relação homo afetiva como uma família? Dentre seus objetivos, examinou as modificações jurídicas e doutrinárias atinentes à composição legal da união entre homossexuais, descreveu aspectos da formação familiar desde a sua gênese até a contemporaneidade e identificou o ordenamento jurídico no contexto da união familiar entre homossexuais e da dignidade humana. Confirma que há uma lacuna na legislação quanto a disciplinar as uniões homossexuais, e que é possível o reconhecimento da relação homo afetiva como uma família pela Legislação Brasileira, principalmente com a criação de novos institutos jurídicos.

**Referência:**

CALDATO, Evandro. **Plausibilidade da guarda compartilhada face ao ordenamento jurídico brasileiro**. Pato Branco, PR, 2004. 55 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

As transformações sociais, ocorridas nos últimos séculos, têm refletido nas relações familiares, acarretando, por exemplo: o crescimento número de separações conjugais. Uma das maiores preocupações dos casais, quando se separam, é em relação à guarda dos filhos, fazendo surgir à necessidade de se pensar em novos modelos de responsabilidade parental, como a guarda compartilhada, que dá continuidade aos vínculos estabelecidos entre pais e filhos, estimulando uma co-participação de igualdade de direitos e deveres entre o pai e a mãe, após a ruptura do laço conjugal. Ao contrário do que acontece em guarda monoparental, única exclusiva em que geralmente é atribuída à mãe a guarda física dos filhos e ao pai o "direito-dever" de visitá-los em finais de semanas alterados e a prestação de alimentos aos filhos. Separa-se o homem e a mulher, mas não o pai e a mãe. No Brasil, a guarda compartilhada já vem sendo discutida desde 1986, mesmo assim ainda esta se construindo de forma gradativa sua aceitação e cultura no ordenamento jurídico brasileiro, ao contrário do que já acontece em países como a Inglaterra e os Estados Unidos.

**Referência:**

LOVATTO, Ângela Maria. **Guarda compartilhada**. Pato Branco, PR, 2007. 40 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho trata da possibilidade de que a guarda compartilhada no ramo do Direito de Família, analisada caso a caso, represente a solução para o sofrimento de muitos filhos que são verdadeiras vítimas da separação entre os pais. Possivelmente, a guarda compartilhada seja uma forma também, de conter os traumas e os sofrimentos carregados ao longo dos anos, causados pela decepção sentimental das crianças de crescerem sem o acompanhamento dos pais. É provável que a guarda compartilhada precise de uma profunda responsabilidade por parte dos responsáveis. Assim, o presente estudo teve como principal objetivo investigar quando poderá ser deferida a guarda compartilhada como a melhor solução para os filhos. E como objetivos específicos: analisar o conceito do poder familiar; compreender o instituto da guarda; guarda provisória e analisar a guarda compartilhada; relacionar as vantagens e desvantagens da guarda compartilhada; identificar as conseqüências da guarda compartilhada para a vida dos filhos. Realizada mediante um estudo estritamente bibliográfico que teve como principal fonte de consulta livros, doutrina, jurisprudência. O estudo concluiu que para que dê certo a guarda compartilhada prevê uma profunda responsabilidade por parte dos responsáveis, caso contrário, haverá prejuízo para os filhos. Porém, antes de qualquer instância, vale mais o carinho e a presença do pai e da mãe do que qualquer outro valor depositado na conta do banco a título de pensão alimentícia, porque o dinheiro não supre a falta do calor dos pais.

**Referência:**

REISDOERFER, Daniele. **Trespasse de estabelecimento empresarial**. Pato Branco, PR, 2007. 37 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O código civil de 2002 inovou ao regulamentar, no título III, do livro II, de sua parte especial, o estabelecimento empresarial e sua alienação, denominada pela doutrina de trespasse. Com o objetivo de evitar a transferência fraudulenta de patrimônio, passou-se a exigir, para a eficácia do trespasse, que o alienante fique com os bens livres e desembaraçados suficientes para o pagamento dos credores existentes a época da alienação. Caso os bens não sejam suficientes para cobrir o passivo da sociedade empresaria, a eficácia do trespasse ficara condicionada ao pagamento de todos os credores, ou do consentimento, expresso ou tácito, destes. Outra profunda alteração foi a sucessão do adquirente nas obrigações do alienante, tendo em vista, que o entendimento anterior consistia, em que o adquirente do estabelecimento não respondia pelo respectivo passivo, ressalvado o debito fiscal e trabalhista, uma vez que as dividas não são elementos do estabelecimento, não sendo com ele automaticamente transferidas.

**Referência:**

**BERNARDI, Devielli. A função social da empresa como requisito para a concessão da recuperação judicial.** Pato Branco, PR, 2007. 40 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Têm-se relatos históricos, que as atividades mercantis começaram a ocorrer há mais de 4 mil anos, com o Código de Hammurabi, e com o passar dos tempos as formas de reger tais relações foram sendo aprimoradas. É com a Queda do Império Romano que o direito comercial se consolida como um ramo de direito autônomo. No Brasil, o primeiro Código Comercial foi promulgado em 1850, baseado na Teoria dos Atos do Comércio e ainda está em vigor no que tange às relações de direito marítimo. O Código Civil de 2002 revogou a primeira parte do Código Comercial de 1850, filiando-se à Teoria da Empresa do Direito Italiano. Tal diploma legal trouxe para o ordenamento jurídico pátrio o conceito de empresa e empresário, superando a expressão "comerciante" anteriormente utilizada. Uma empresa pode passar por diferentes tipos de crise isoladamente (econômica, financeira e patrimonial), ou pode cumular mais de uma crise simultaneamente. Numa tentativa de solucionar tais crises, surge com a Lei 11.101/2005 (Lei de Falências) o Instituto da Recuperação de Empresas, que tem como fundamento não permitir que uma empresa encerre suas atividades econômicas de forma precipitada. Para ter o plano de recuperação judicial aprovado é necessário preencher alguns requisitos impostos pela lei, sendo o mais importante de todos que a empresa esteja desenvolvendo sua função social. Porém, não se deve recuperar uma empresa a qualquer custo, deve-se analisar sua viabilidade, ou seja, não basta estar cumprindo sua função social para ter o plano de recuperação aprovado, mas deve também ser uma empresa viável.

**Referência:**

BATISTELLA, Heloisa. **O dano moral na prática do cheque pós-datado**. Pato Branco, PR, 2007. 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Cheque é um título de crédito considerado pela lei como ordem de pagamento à vista. No entanto, criou-se uma modalidade não prevista em lei regulamentadora, que passou a ser difundida nas relações de consumo como meio a viabilizar compras a prazo. É o chamado cheque pós-datado. Além de sua utilização na relação de consumo, o cheque pós-datado também é utilizado como objeto de negociação entre as empresas, consolidando-o como forma de concessão de crédito. Tal prática é comum e não censurada. No entanto, a legislação pertinente, a Lei nº. 7.357 de 2 de setembro de 1985, posiciona-se de forma divergente à prática, tornando o cheque pagável ao momento de sua apresentação. No caso do cheque pós-datado firmou-se um contrato entre partes com interesse comercial de compra e venda, onde o prestador de serviços ou fornecedor do produto oferta ao consumidor uma forma de pagamento a prazo, com uma "promessa" de descontar tal título de crédito posteriormente, na data ali fixada. Acordo de vontades capaz de criar, modificar ou extinguir direitos gera vínculo jurídico entre as partes, de cumprimento das cláusulas bilaterais, garantindo segurança jurídica, gerando o dever de responder pelos danos causado pela parte de descumprir o "pactum".

**Referência:**

LONGHI, Fernanda Luiza. **Análise das teorias finalista e maximalista no código de defesa do consumidor.** Pato Branco, PR, 2007. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O trabalho que ora se apresenta traz um estudo acerca da aplicação do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), o qual, apesar dos seus mais de quinze anos de vigência, ainda traz dúvidas acerca da expressão "destinatário final" utilizada pelo legislador no art. 2º. Aborda as teorias/critérios apontados pela doutrina a fim de resolver toda a problemática, além do recentíssimo posicionamento jurisprudencial acerca do tema. Trata-se de pesquisa realizada em Pato Branco - PR, de fevereiro a outubro de 2007, a qual contém dados essencialmente bibliográficos e documentais, dados estes que apontam uma alternativa para a aplicação mais justa da Lei Consumerista: a de se mitigar a teoria finalista, não de forma a elastecê-la como quer a teoria maximalista, mas de forma a possibilitar sua aplicação a um numero maior de relações jurídicas.

**Referência:**

ROVARIS, Olani Fátima. **Inversão do ônus da prova no código de defesa do consumidor**. Pato Branco, PR, 2007. 48 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O trabalho aborda inicialmente considerações gerais sobre as mudanças ocorridas na sociedade sob o prisma do Estado Liberal, Estado Social, a proteção do consumidor no direito brasileiro, os elementos representantes da relação de consumo. Na seqüência, conceitua-se prova o instituto do ônus da prova, sendo que a pesquisa centraliza-se no artigo 6º, inciso VIII da Lei 8.078/90, o qual contempla a inversão do ônus da prova. É sabido que o Código de Defesa do Consumidor considera o instituto da inversão do ônus da prova um direito básico do consumidor. Desse modo, uma vez presente o requisito da hipossuficiência ou da verossimilhança do alegado, poderá ser invertido o ônus da prova, visando com isto, o equilíbrio e a equidade entre as partes. Verificou-se a existência de celeuma jurídica em relação ao momento processual para que o magistrado proceda à inversão, no entanto, partindo-se de uma análise constitucional acredita-se que o momento adequado para que isto ocorra, seria antes da fase instrutória, ou seja, no despacho inicial ou na fase de saneamento, respeitando-se, dessa forma, os princípios da ampla defesa e do contraditório. A conclusão aponta no sentido de que, uma vez presente os requisitos, não há uma regra específica que estabeleça qual seria a fase adequada para a inversão do ônus da prova.

**Referência:**

ZILLI, Humberto Euclides. **Compensação por lesão acidentária com dano estético**. Pato Branco, PR, 2007. 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

Ao abordar o tema compensação por lesão acidentária por dano estético, surgem várias questões, que para a melhor compreensão do tema faz-se necessário um esclarecimento a respeito do assunto. De início, deve ser feita uma análise do direito ao trabalho na Constituição Federal Brasileira e as garantias que ela reserva ao trabalhador demonstrando, sobretudo a importância do princípio da dignidade humana, que sem sombra de dúvida é um fator de grande relevância para a criação dos direitos trabalhistas e das garantias sociais do trabalhador, fatores estes que vieram a contribuir para uma relação mais justa e equilibrada. Em um segundo instante, surge à necessidade de se definir quais os fatores necessários para se caracterizar o acidente de trabalho, suas espécies e os efeitos que serão gerados em decorrência do fato. E por último, o que se entende por lesão acidentária e dano estético, abordando os prejuízos experimentados pelo trabalhador, demonstrando sua classificação, com os fundamentos em matéria da responsabilidade civil, especialmente no que toca aos critérios em que o julgador se baseia para fixar o montante indenizatório para cada caso. Para ao final concluir que a compensação por lesão acidentária com dano estético é um direito garantido constitucionalmente a todo trabalhador.

**Referência:**

CHRISTANI, Débora Jaqueline. **Equipamento de proteção individual - EPI.** Pato Branco, PR, 2007. 40 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente estudo trata dos equipamentos de proteção individual, dada a necessidade de proteção jurídica à saúde do trabalhador. Traz uma abordagem histórica da medicina do trabalho, bem como das leis e decretos relativas (relativos) à matéria. Analisa a proteção dada ao trabalhador na Constituição Federal de 1988, especialmente no que diz respeito aos direitos sociais e trabalhistas que lhe são garantidos. Indica quais os tipos de equipamentos de proteção individual, discorrendo sobre a responsabilidade do empregador no que tange ao seu fornecimento ao empregado. Neste contexto, discute sobre a neutralização ou não dos riscos pelo uso do EPI, sobre a responsabilidade do empregado quanto ao uso do equipamento e sobre as conseqüências advindas na hipótese de sua eventual recusa, com especial ênfase nos reflexos daí oriundos no contrato de trabalho. Por fim, debate sobre o adicional de insalubridade. As conclusões apontam que o EPI é um meio utilizado para tentar neutralizar os riscos existentes no ambiente de trabalho e não para eliminá-los.

**Referência:**

BANNAKE, João Paulo Danguí. **Comissões de conciliação prévia:** meio de solução extrajudicial de conflitos individuais trabalhistas. Pato Branco: [s.n.], 2007. 37 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho de pesquisa refere-se às Comissões de Conciliação Prévia, que representam uma inovação em nosso ordenamento jurídico, por meio da qual foi atribuída às partes e aos sindicatos a solução extrajudicial de conflitos individuais de trabalho, sem a intervenção do Estado, tendo como objetivo reduzir o número de ações na Justiça do Trabalho. Com a investigação foi possível conseguir uma noção ampla sobre as Comissões de Conciliação Prévia, com a demonstração de todos os seus aspectos, desde a sua instituição e composição, com especial ênfase na análise da abrangência da eficácia liberatória nas transações nelas celebradas por empregados e empregadores. A presente pesquisa foi realizada na cidade de Palmas - Paraná e Pato Branco - Paraná, tem natureza não original, exploratória, de cunho bibliográfico e método monográfico.

**Referência:**

SOUZA, Deridiane Aparecida de. **Embriaguez em serviço (no local de trabalho):** justa causa ou suspensão contratual? Visão da segunda hipótese disposta na letra "f" do artigo 482 da consolidação das leis do trabalho. Pato Branco, PR, 2007. 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

As rescisões de contrato de emprego por justa causa conforme disposto na segunda hipótese da letra "f" do artigo 482 da CLT - embriaguez em serviço (no local de trabalho) - tem sido objeto de estudo em razão de que a dependência do alcoolismo vem sendo considerada doença. Tendo como assunto o Direito do Trabalho, o tema deste trabalho é a rescisão ou suspensão do Contrato Individual de Emprego. O estudo apontou como a alternativa para suspensão do contrato de emprego na segunda hipótese da letra "f" do artigo 482 da CLT a investigação da situação pelo empregador. Assim, de modo criterioso e dentro das normas previstas na Saúde Ocupacional, deverá identificar as causas e diagnosticar o estado de saúde da pessoa encaminhando-a para tratamento clínico recomendado, caso se confirme à dependência do alcoolismo. Neste caso, ao invés de rescindir o contrato de emprego por justa causa, haverá a suspensão do contrato do empregado.

**Referência:**

CARDOSO, Eduardo José. **Competência material da justiça do trabalho para processar e julgar ações de indenização por danos morais, decorrentes de acidente de trabalho.** Pato Branco, PR, 2007. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho apresenta um estudo acerca da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ações de indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho, após a edição da Emenda Constitucional 45, de 08 dezembro de 2004. Nele são analisadas todas as formas de competência atribuídas à Justiça do Trabalho, os conceitos de acidente de trabalho e de danos morais e materiais, além de legislação, doutrina e jurisprudência em relação ao assunto. Trata-se de um estudo de produção não original, realizado na cidade de Pato Branco - Paraná, durante o ano de 2007, objetivando uma pesquisa exploratória, de cunho bibliográfico, método monográfico, mediante a técnica de documentação indireta. As conclusões apontam que, efetivamente, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho.

**Referência:**

PASINI, Alesxandro do Santos Vandreis. **A penhora do salário para o pagamento de créditos trabalhistas**. Pato Branco, PR, 2007. 45 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade Mater Dei.

**Resumo:**

O presente trabalho a ser apresentado, trata de um assunto de extrema pertinência para o mundo jurídico, pois foi focado em uma discussão totalmente inovadora, de caráter extremamente prático, onde o interesse maior é suprir algumas lacunas que persistem em retardar a busca da efetividade da justiça do trabalho. Para tanto, com o escopo de situar a respectiva pesquisa, foi elaborado um apanhado geral do tema e de sua delimitação, de igual maneira, foi estudado outros itens, como a penhorabilidade e impenhorabilidade dos bens; as exceções quanto à penhorabilidade de bens impenhoráveis; alguns princípios constitucionais frente à possibilidade de penhorabilidade e impenhorabilidade do salário, e por fim, tratando com maior ênfase a questão principal, foi analisada a possibilidade da penhora dos rendimentos salariais para o pagamento das dívidas de caráter trabalhista, bem como a analogia entre o crédito alimentar trabalhista e os alimentos. Não se pode esquecer também, que na eminência de concluir este feito, foi realizado um estudo da jurisprudência. A conclusão aponta que, a adequação dos operadores do direito é algo inevitável, que depende somente da consciência e vontade de transformar para melhor o universo jurídico que estamos inseridos.